



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ata n.º 88 / XIV / 3.ª SL

Aos doze dias do mês de outubro de 2021, pelas quinze horas, na Sala 7 do Palácio de São Bento, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações gerais

- I) De acordo com o calendário ajustado em Conferência de Líderes, a audição do MNE no âmbito da discussão na especialidade do Orçamento de Estado/2022, terá lugar a **9 de novembro** de 2021, pelas **9 horas**.
- II) Deu entrada ontem à noite, a **PPL n.º 116/XIV/3.ª** – Orçamento de Estado para 2022. Dada a urgência (data-limite: 25 de outubro), solicita-se admissão deste ponto da OD, de forma a poder ser distribuída.
Competindo ao PS a elaboração do Parecer, ficou para tal indigitado o Deputado Paulo Pisco.
- III) Relembra-se os Senhores Deputados que no próximo **dia 14 (5.ª feira)**, pelas **11h**, terá lugar reunião com o Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, no formato “Mesa+Coordenadores”, embora aberto aos demais Deputados que entendam marcar presença.

2. Apreciação e votação do Parecer de assentimento para a deslocação de Sua Excelência o Presidente da República a Londres, Reino Unido, nos dias 21 e 22 de outubro de 2021.

3. Distribuição de iniciativas legislativas e nomeação de autor do parecer:

[Proposta de Resolução n.º 29/XIV/3.ª](#) - Aprova o Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Deputado(a) autor(a) do parecer: PS



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

4. Apresentação e discussão do seguinte Projeto de Resolução:

[Projeto de Resolução n.º 1419 \(IL\)](#) – Pela suspensão dos Acordos de Extradicação com a China e com Hong Kong, como recomendado pelo Parlamento Europeu

5. Apresentação e votação dos Projetos de Voto:

- [n.º 656/XIV/2.ª](#) (PS) – “*De preocupação pelo recrudescimento do terrorismo e pela situação das mulheres e raparigas no Afeganistão*”;
- [n.º 659/XIV/2.ª](#) (PS e PSD) – “*De Congratulação pelo 30.º Aniversário da Independência da Ucrânia*”;
- [n.º 680/XIV/3.ª](#) (PS) – “*De preocupação pela fome na Etiópia e pelo bloqueio da ajuda internacional*”.

6. Apreciação de proposta apresentada pelo Congresso Nacional do Brasil para a organização conjunta de um seminário por ocasião dos 25 anos da CPLP.

7. Aprovação de Atas:

n.º 85, de 14 de setembro;

n.º 86, de 16 de setembro;

8. Outros assuntos

_____ // _____

Iniciada a reunião, dirigida pelo Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto, começou este por dar as boas vindas a todos, tendo prestado de seguida, no âmbito do **Ponto 1.**, as seguintes informações:



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

No **Ponto 2.**, procedeu-se à leitura do projeto de Parecer da Comissão, referente ao pedido formulado pelo Senhor Presidente da República para a sua deslocação a Londres, no Reino Unido.

Submetido a votação, o projeto foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do CDS-PP.

No **Ponto 3.**, foi distribuída à Deputada Romualda Fernandes (PS), a elaboração do parecer relativo à PPR n.º 29/XIV/3.^a.

Passados ao **Ponto 4.**, foi concedida a palavra ao Deputado Cotrim de Figueiredo (IL) para apresentação do Projeto de Resolução n.º 1419/XIV, tendo começado por referido que a substância desta iniciativa, sendo substantivamente similar à apresentada por si na anterior Sessão Legislativa, baseava-se no facto de em julho último o Parlamento Europeu se ter pronunciado acerca desta matéria, precisamente no sentido que havia sido defendido pela IL, esperando agora que, com esta alteração, pudesse o Parlamento evoluir para um posição menos retórica e mais efetiva.

Seguidamente, intervieram os seguintes Deputados:

Paulo Pisco (PS) para vincar que o PS não alterou a sua posição acerca desta matéria, sendo contra a suspensão dos Acordos de Extradicação em apreço e relembrando, ainda, ter a União produzido cerca de 23 relatórios sobre a situação na China e Hong Kong. Em rigor, referiu, deve distinguir-se as posições tomadas pelo Parlamento Europeu, das tomadas quer pelo Conselho quer pela Comissão. Relembrou que estão em causa relações de soberania e que Portugal, até por imperativo constitucional, não procede a extradicações para países onde exista a pena de morte.

Nuno Carvalho (PSD) que começou por referir que não é ao Parlamento Europeu que compete conduzir a política externa europeia, logo, deve ficar devidamente



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

circunscrito o âmbito e a eficácia política da decisão invocada pelo IL como fundamento da presente iniciativa. Relembrou que Portugal sempre privilegiou a negociação como instrumento nas suas relações externas e que o Acordo similar referente a Macau ainda não passou pelo Parlamento, reservando para tal momento a sua posição, consoante aquele que for o seu teor. No momento certo, referiu, o PSD saberá avaliar a situação à luz do princípio da defesa dos direitos humanos, neste como em quaisquer outros casos semelhantes, em qualquer parte do mundo.

Pedro Filipe Soares (BE), tendo manifestado o seu apoio à iniciativa apresentada pelo IL, na esteira da posição já anteriormente assumida. Salientou estarem em curso mudanças muitas rápidas nos equilíbrios mundiais, de que constitui exemplo a recente sinalização da China como inimigo estratégico número um, por parte da NATO, tendo manifestado curiosidade em saber de que forma iriam PS e PSD reavaliar as posições de tradicional defesa das relações sino-portuguesas, uma vez dotado o novo conceito estratégico daquela organização.

João Oliveira (PCP) que declarou não entender a reincidência do IL relativamente a esta matéria, salvo motivações relacionadas com a visibilidade política do IL no espaço político vital anti China. Afirmou a inutilidade da iniciativa em presença, designadamente, em face do que imperativamente dispõe a Lei portuguesa, no caso, o n.º 4 do artigo 33.º da Constituição e o regime previsto nos artigos 308.º a 312.º do Código Penal. Por tal motivo, uma eventual aprovação da mesma em Plenário, equivaleria sempre ao desprestígio da instituição parlamentar, da parte de um país que, em 1867, foi a primeira a abolir a pena de morte.

Retomando a palavra, o Deputado Cotrim de Figueiredo agradeceu os comentários produzidos, tendo salientado que o IL não partilha a opinião do PCP quanto à exemplaridade do regime chinês, e não possui qualquer alinhamento político internacional, sendo as suas posições fruto, exclusivo, das suas convicções políticas. Relembrou que a situação vivida em Hong Kong e que levou a que o Reino Unido tivesse suspenso a aplicação respetivo Acordo bilateral, poderá vir a ocorrer em Macau. Concluiu, dever a Europa assumir-se, cada vez mais, como um “farol” dos direitos humanos, sob pena de cair na insignificância política.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Finda esta intervenção, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado apresentante e deu por encerrada a discussão desta matéria.

No **Ponto 5.**, procedeu-se à apresentação, discussão e votação dos Projetos de Voto seguidamente identificados.

- n.º 656/XIV, foi apresentado pelo Deputado Paulo Pisco (PS), tendo aludido aos problemas gerados pela saída intempestiva do Afeganistão por parte dos Estados Unidos da América e ao seu impacto na atividade terrorista e nos direitos das mulheres.

Interveio a Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD) em apoio da posição manifestada pelo PS no Projeto em apreço.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (ausências de BE, PCP e CDS-PP).

- n.º 659/XIV, foi apresentado pelo Deputado Diogo Leão (PS), tendo-se congratulado com a pronta adesão do PSD, que igualmente o subscreve.

Interveio a Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD) para agradecer a iniciativa do PS.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (ausências de BE, PCP e CDS-PP).

n.º 680/XIV, foi apresentado pelo Deputado Paulo Pisco (PS), tendo sublinhado a intenção de, com esta iniciativa, poder contribuir para a resolução dos gravíssimos problemas humanitários vividos pelas populações etíopes mais vulneráveis.

Interveio o Deputado Nuno Carvalho (PSD) para sublinhar a adesão do PSD ao Voto.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (ausências de BE, PCP e CDS-PP).



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

No **Ponto 6.**, o Presidente da Comissão apresentou uma proposta formulada pela Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara de Deputados do Brasil, no sentido de que o Parlamento se associasse à organização de um seminário em Lisboa, previsto para o próximo **dia 11 de novembro**, quinta-feira, evocando os 25 anos da CPLP, cujo teor havia sido já transmitido aos Deputados da Comissão. Sublinhou que, independentemente do modelo possível de associação a esta iniciativa, caso venha a ocorrer, não prescindir da concreta apreciação por parte do senhor Presidente da Assembleia da República, o qual, aparentemente desconhece a questão. Feito o enquadramento temporal da matéria e os contornos adjacentes ao convite, intervieram os seguintes Deputados:

João Oliveira (PCP) para concordar com a posição manifestada pelo Presidente, tendo lembrado que na data prevista estará a decorrer o debate orçamental e sugerido, em consequência, a possibilidade de o evento ser transferido para momento posterior, privilegiando a multilateralidade de participações, aspeto que se lhe afigurou não estar devidamente acautelado.

Nuno Carvalho (PSD) para referir que a proposta apresentada se reveste de cariz meramente informal. Referiu, ainda, que o calendário programado pelos autores da iniciativa é muito apertado, dada a magnitude da mesma e o nível de responsabilidade inerente. Concluiu, concordando com a necessidade de consulta ao PAR, deixando em aberto a possibilidade de o evento poder vir a decorrer em data posterior.

Paulo Pisco (PS) para concordar com as posições atrás expendidas, tendo sublinhado a imprescindibilidade de que uma organização deste tipo deva ser tratada entre Parlamentos, seguindo certas formalidades que não estão asseguradas. A própria programação, como referiu, não pode ser gizada numa base puramente bilateral, entre Portugal e o Brasil, dada a natureza da própria CPLP, sendo que, em



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

qualquer dos casos, o PAR não poderia deixar de ser ouvido, pois compete-lhe, no mínimo, autorizar a afetação de instalações parlamentares.

Pedro Filipe Soares (BE) para frisar a natureza multilateral e paritária da CPLP, sendo que, na sua opinião, tal ordem de valores não está devidamente acautelada na programação do evento que é conhecida. Conclui, referindo ser uma realização inoportuna, sobretudo nos moldes propostos, sublinhado igualmente o papel que compete exclusivamente ao PAR, em matérias como a presente.

Interveio o Presidente da Mesa, instruindo os serviços para que elaborassem um projeto de missiva a remeter ao PAR, relatando o debate havido em Comissão.

Finalmente, no **Ponto 7.**, foram lidas as atas elencada na OD, as quais, uma vez submetidas a votação, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do BE, PCP e CDS-PP).

_____ // _____

Nada mais havendo a registar, a reunião encerrou pelas catorze horas e cinquenta e cinco minutos, estando disponível [registo áudio](#) da mesma, assim se lavrando a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de setembro de 2021.

O Presidente da Comissão

(Sérgio Sousa Pinto)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Deputados:

Ascenso Simões (PS)
Carla Sousa (PS)
Edite Estrela (PS)
José Mendes (PS)
Lara Martinho (PS)
Paulo Pisco (PS)
Paulo Porto (PS)
Romualda Fernandes (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Susana Correia (PS)
Carlos Alberto Gonçalves (PSD)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Ilídia Quadrado (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Nuno Miguel Carvalho (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Pedro Filipe Soares (BE)
João Oliveira (PCP)
Carlos Brás (PS)
Elza Pais (PS)
Olavo Câmara (PS)
Carla Madureira (PSD)
Pedro Morais Soares (CDS-PP)

Faltaram os seguintes Deputados:

Telmo Correia (CDS-PP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Deputados:

José Cesário (PSD)
Alexandra Vieira (BE)

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 19 de outubro de 2021.